

NUNO SIMÕES

**ACTUALIDADE E
PERMANÊNCIA DO
LUSO-BRASILISMO**

LISBOA

1 9 6 0 |

CONCEITO E EVOLUÇÃO DO LUSO-BRASILISMO

**Conferência em 3-5-45 no Clube Fenianos Portuense,
sob a Presidência do Dr. António Macedo.**

A implantação da República abriu à aproximação com o Brasil largas perspectivas. O parlamento brasileiro saudou-a como animadora dessa aproximação, pela voz de Coelho Neto, cuja mensagem ficou célebre.

Poucos meses depois da implantação da República, visitou Portugal e aqui se demorou algum tempo o jornalista e escritor brasileiro Paulo Barreto, que escreveu um livro de impressões sobre o nosso País, de que decorre o reconhecimento das dificuldades em vencer a incompreensão geral que ainda encontrava qualquer iniciativa de aproximação luso-brasileira. O próprio autor do livro era vítima do ambiente, encontrando apenas impossibilidades materiais para a execução do plano de Consigliéri Pedroso, logo combatido por José Barbosa, principalmente quanto ao Tratado de Comércio.

O Itamarati via também este sem entusiasmo, diante da crescente produção das nossas colónias, que ameaçava os produtos brasileiros no mercado português metropolitano.

Bernardino Machado entabulou negociações no Rio com Lauro Müller, para a instituição dum porto franco para os produtos brasileiros.

Para a escolha do local e estudo do plano completo das obras respectivas, foi criada, por lei de 12 de Junho de 1914, uma Comissão.

Os dois governos, no desejo de estreitarem as relações entre os seus povos, elevaram as respectivas Legações à categoria de Embaixadas. Em 10 de Janeiro de 1914 o ministro de Portugal era recebido no Itamarati como Embaixador.

A criação de Câmaras Portuguesas de Comércio e Indústria em vários grandes centros brasileiros trouxe um grande elemento de ligação e valorização dos interesses económicos recíprocos dos dois Países. Foi o Dr. Bernardino Machado quem pessoalmente inaugurou as do Rio e de S. Paulo, nesta acompanhados pelos oficiais do cruzador *Adamastor*, comandado por Canto e Castro.

Um novo incidente de limitada importância: a prisão pela polícia de Lisboa dum arguido político, asilado na Embaixada do Brasil, foi causa imediata duma forte campanha da imprensa contra a nossa emigração para o Brasil, assoberbado, ao

tempo, com uma crise de trabalho, mas não tendo dado razões sérias para tal hostilidade.

É certo que a emigração com esse destino, que de 1891 a 1910 não excedera anualmente 39.000 indivíduos e só em 1891 atingira tal número, no primeiro triênio da República, 1911-1913, se elevou em média anual a 62.489. Compreende-se que um aumento de emigração legal tão extraordinário alarmasse os nossos economistas e homens de Estado e facilitasse a tarefa dos que entendiam levar Portugal a mostrar ao Brasil o seu desagrado, ainda que por motivos bem dispersos.

Estava muito fresca a frase de Afonso Costa proclamando a emigração como a pedra de toque da República. Que não chegou afinal a ser!

Portugal e o Brasil encontrando-se, a seguir, do mesmo lado na guerra de 1914 contra os Impérios Centrais, haviam naturalmente de beneficiar, nas suas relações, dessa solidariedade política e militar que em França foi acolhida com ampla simpatia e previsão quanto à organização duma "nova grande potência moral a pesar nos destinos do mundo".

Em 1915 fundou-se em Lisboa a revista *Atlântida*, órgão de aproximação luso-brasileira que João de Barros inicialmente dirigiu. Nela o Dr. Bettencourt Rodrigues, que residira muito tempo no Brasil, veio a lançar a ideia duma confederação luso-brasileira.

Esta ideia vinha de longe: já Silvestre Pinheiro Ferreira elaborara, em 1825, um *Parecer Sobre Um Projecto do Pacto Federativo Fundamental Entre o Império do Brasil e o Reino de Portugal*.

A ela se referia certamente Alberto de Oliveira (que nas suas crónicas para o *Jornal do Comércio*, do Rio, já em 1912 falara em confederação luso-brasileira como grande perspectiva para o futuro dos dois Países), quando em 1917 dizia em sessão pública, como nosso cônsul-geral no Rio de Janeiro: "Neste mesmo momento em que vos falo, alguns dos meus mais prestigiosos compatriotas estão agitando e teorizando, com alvoroço, a possibilidade grandiosa de uma futura confederação luso-brasileira, entre os aplausos e as esperanças - por que não de um povo que vos sabe irmão e por isso em vós ilimitadamente confia?"

A visita de Olavo Bilac a Lisboa, em 1916, constituiu um acontecimento marcante para a política luso-brasileira. Ele proclamou com Junqueiro a existência dum "novíssimo continente moral de amor e de defesa comum de Portugal e Brasil, as duas pátrias eternamente irmãs".

Nesse ano, a Colónia Portuguesa do Brasil empenha-se num movimento de alta significação cívica: o Pró-pátria, para assistência aos órfãos portugueses da guerra. E intensificam-se os negócios luso-brasileiros com a criação de bancos e companhias com capitais portugueses e brasileiros. Os professores portugueses foram, também, nesse ano, autorizados a exercer no Brasil o ensino agrícola.

Ainda no mesmo ano é inaugurada na nossa Faculdade de Letras uma cadeira de Estudos Brasileiros, cuja iniciativa partira, anos antes, de Alberto de Oliveira, em proposta à Academia das Ciências e que um português benemérito do Brasil - Zeferino de Oliveira - havia dotado.

A Sociedade de Geografia renova, por essa altura a ideia de um Congresso luso-brasileiro, que não chegou, infelizmente, a efectivar-se.

Em 1917 uma Missão intelectual do Governo português é enviada ao Brasil; mas a mudança de situação política em Portugal interrompeu-a, inexplicavelmente, na sua tarefa.

A ideia da Confederação luso-brasileira continuava, porém, na ordem do dia. Debatiam-na intelectuais e jornalistas verdadeiramente apaixonados por ela, em face da conjuntura internacional, e dos seus imperativos de alianças de raças que haviam posto do mesmo lado, para a defesa do mundo, os blocos Inglaterra-América do Norte e Portugal-Brasil.

Henrique Lopes de Mendonça, considerando o prodígio da vasta confederação democrática do Império Britânico e o plano de solidarização de ideais e de interesses com a poderosa colónia emancipada da América do Norte que a grande guerra impusera, escrevia:

"Formar-se-ia o grande quadrado do Atlântico tendo como bases ao oriente a linha que partindo do extremo norte da Escócia e terminando no Cabo da Boa Esperança abrange as ilhas britânicas, Portugal e todas as colónias britânicas e

portuguesas da África Ocidental; ao poente a linha que segue pouco mais ou menos da embocadura do S. Lourenço à foz do Rio Grande do Sul, pontuada no grande hiato do golfo do México pelas Antilhas, que entram na esfera do domínio inglês ou da influência *yankee*. Este colossal aglomerado de confederações e de alianças robustecido no Índico e no Pacífico com a poderosa rede de colónias ligadas pelos mesmos laços que uniriam as Metrópoles, impor-se-ia ao Mundo, não com intuitos ambiciosos de imperialismo guerreiro, mas como garantia inabalável de paz e de progresso universal. Dentro dele, as facilidades de intercâmbio intelectual e económico assegurariam a prosperidade de todos os elementos componentes, sem estorvar, antes pelo contrário favorecendo, a expansão legítima de todos os povos".

Sebastião de Magalhães Lima, nascido no Rio de Janeiro e que chegara, segundo confessou, a discutir com Nilo Peçanha a possibilidade duma aliança ofensiva e defensiva entre Portugal e Brasil e desse homem público ouvira que, se o Governo português aceitasse tal ideia, ele próprio se tornaria seu "campeão caloroso", perfilhava, por esse tempo, reforçando-o, o conceito de João de Meneses no parlamento: "Brasileiros e Portugueses têm de pensar, hoje mais do que nunca, em estreitar as suas relações políticas, podendo ir muito além duma aliança".

Alberto de Oliveira, no *País*, do Rio de Janeiro, referindo-se às ideias de Sílvio Romero sobre a federação luso-brasileira e às de William Stead sobre a federação anglo-americana, preconizava para Portugal e Brasil uma forma de união política que deixando intangíveis as duas independências criasse uma grande potência simultaneamente europeia e americana. Seria a consagração política da sua imagem literária: "de Portugal e Brasil constituindo um ditongo moral e histórico, a união de duas sonoras vogais na mesma eufónica sílaba".

Jaime de Magalhães Lima, citando também Stead e a sua *Americanização do Mundo*, referiu as opiniões de Lord Roseberry, Dillon, Carnegie e Dicey, todas no sentido de necessidade e das vantagens da aliança das duas grandes potências anglo-saxónicas para concluir por adoptar a lição deles e perguntar: "Não nos será comum esta necessidade de unidade da raça e rejuvenescimento do sangue velho pela transfusão do sangue moço?":

Nunes Ribeiro, circunscrevendo o problema luso-brasileiro ao domínio marítimo do Atlântico, afirmava: "A garantida do domínio do mar no atlântico Sul é e será um objectivo comum dos dois Países".

João de Almeida, na *Visão do Crente*, publicada em 1918, foi muito longe a respeito das nossas relações com o Brasil, pois incluiu no seu projecto a federação dos dois Países, por uma aliança militar ofensiva e defensiva, "entente" diplomático-económica e recíproca igualdade de direitos civis para Portugueses e Brasileiros, tendo por consequência a supressão dos consulados privativos e uma representação consular comum nos Países estrangeiros.

Pela mesma altura o escritor brasileiro Graça Aranha declarava ao *Matin*: "O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Dr. Domício da Gama, inscreveu a união política do Brasil e Portugal com um dos artigos do seu programa. E sei que o governo de Lisboa lhe é igualmente favorável".

Estas fórmulas suscitaram no Brasil aplausos, mas não faltaram também os comentários de cepticismo, de mofa e até de enfado.

João de Barros salientava-o, em 1919, na *Atlântida*, referindo-se às "campanhas antiportuguesas" que no Brasil provocara o entusiasmo por tais planos.

Tristão de Ataíde, negando aproximações meramente sentimentais entre os povos que só verdadeiros interesses conseguem fazer, qualificava de prematuros os movimentos de aproximação excepcional entre Portugal e o Brasil.

E mais tarde, com certa justiça, a esses movimentos atribuiria o surto dos nativismos agressivos, por virtude da questão dos Poveiros.

Paulo Barreto, em meados de 1919, numa conferência no nosso Teatro Nacional, defendeu o acordo económico luso-brasileiro com base na "segurança de afectos" dos dois povos.

Esse acordo abrangendo o porto franco de Lisboa, os bancos portugueses e brasileiros trabalhando indistintamente nos dois Países, uma navegação mista e em tudo o mais ligados o capital e o trabalho de Portugueses e Brasileiros, seria a base dum acordo político.

Segundo ele, as lições da guerra e principalmente as do após-guerra forçavam Portugueses e Brasileiros a reconhecer a urgência de tal união.

Meses depois no Rio, já com o seu jornal a *Pátria* - que se distinguiu na defesa dos Poveiros -, o escritor dizia, com entusiasmo, no banquete que a colônia portuguesa lhe ofereceu no Clube Ginástico: "Eu perguntarei: Qual será o surto económico das duas potências, donas pelo tráfico do sul atlântico que nos separa e nos une? Eu perguntarei: que não seria esse triângulo de nacionalidade sobre o mar cuja base é o Brasil, cujo vértice é Portugal projectando para o gasto do mundo todas as nossas riquezas? Eu não pergunto a instantânea autoridade moral que nos adviria desse acordo prático em que fundiríamos a nossa amizade, antes dividida em mil veios sem orientação e agora avolumada na mesma torrente de potente riqueza".

Em resposta, porém, a uma afirmação de Malheiro Dias ele próprio esclarece o seu pensamento: "Não se trata de fusão política. Mesmo para os povos que não amam a liberdade, tal fusão dá em despeito, ódio, revolta, nas fraquezas resultantes da congestão de duas forças... Em vez dessa irritante fantasia, a maior união é a aproximação dos interesses de cada brasileiro e de cada português, patriotas ambos, dando como resultado a grandeza das duas Repúblicas, a grandeza da raça. Tal ligação é exigida quando o patriotismo pede a cada um o esforço máximo pelo perigo da absorção das nossas forças vivas quebrando-nos a autonomia do trabalho agora, para adiante, na colonização da riqueza, ir talvez mesmo contra as nossas resistências morais".

Nestas palavras proféticas palpitava uma intuição de futuros riscos que, muito mais tarde, haviam de assinalar-se e que deram a Gilberto Freyre ensejo de escrever o seu notável ensaio: *Uma Cultura Ameaçada*.

O que Paulo Barreto afinal pretendia era que o Brasil concedesse a Portugal e aos Portugueses tudo o que só a eles devia conceder e de que Portugal desse ao Brasil e aos Brasileiros quanto só a eles podia e devia reservar. Fórmula admirável de patriotismo luso-brasileiro que, sem medo a insultos e agressões, o fez enfrentar o ódio cego do jacobinismo e teve como único prémio uma impopularidade que contagiara até a juventude desse tempo, como há pouco salientou, na imprensa, o escritor Augusto Frederico Smith. Esse patriotismo o levou a doar a sua biblioteca a

uma instituição portuguesa, não como gratidão à nossa colónia - que nem sequer lhe sustentava o jornal -, mas que ele desinteressada e apaixonadamente estimava, por a considerar "o material plástico por excelência para a aproximação luso-brasileira".

Paulo Barreto foi, no límpido e recente dizer de Ribeiro do Couto, "o precursor e o herói do grande movimento hoje vitorioso da reaproximação do Brasil e da Mãe-Pátria, movimento que se enquadra num instintivo programa nacionalista brasileiro que poderíamos chamar de patriotismo total" porque, - explica - "sendo o Português a raiz da nossa nacionalidade, não se compreende o elogio da árvore sem o apreço pela raiz".

Em Agosto de 1920 Ricardo Severo, engenheiro, arqueólogo, pensador, grande do Porto e de Portugal, que em 1940 a morte surpreendeu, verdadeiramente moço ainda, apesar dos seus 70 anos, dos quais mais de 50 de vida e obra de criação luso-brasileira e que foi, por isso, um dos maiores mestres e obreiros da cultura comum, preconizava que Portugal exercesse sobre os núcleos dos seus naturais no Brasil uma acção de assistência superior e em relação ao Brasil uma política de Estado nos seus dois sentidos: económico e internacional, o primeiro que nos interessa a nós, o segundo talvez mais ao Brasil do que a nós.

Ele concebeu o pan-lusitanismo, cuja matriz é a "Pátria desta gémea constelação luso-brasileira, bipartidos os Países mas unidas as almas por laço divino, tal como os Dioscuros do mito grego, ora na Terra ora no Céu, protectores dos mareantes lusíadas"...

Ainda numa das suas últimas mensagens, referindo-se aos emigrantes portugueses do Brasil e à nova consciência por eles adquirida e que se vai diferenciando à medida que se adaptam a outros usos e costumes, uma vez soltas as prisões tentaculares da tradição original, Ricardo Severo disse que "unindo-se por laços meramente morais, dão azo à criação duma pátria mental que não há governo, estadista ou ditador que, por seu livre alvedrio, seja capaz de construir".

"Essa pátria ideal é o prolongamento de outra que tendo sido luso-romana, luso-goda ou luso-muçulmana, conseguiu permanecer sempre lusa, não obstante as fusões e adaptações entre os povos os mais diversos e contrários.

E com a elaboração dessa pátria ideal o Português do Brasil constrói - confessava Ricardo Severo - nacionalidade brasileira amoldando-se, sem perder o fio da sua linhagem, ao novo quadro geográfico e social".

No fim da primeira grande guerra bem pode dizer-se, pois, que o balanço da aproximação luso-brasileira era francamente favorável e animador quanto às ideias e à acção para as efectivar.

Veiga Simões contribuíra para ele com dois livros de maior interesse, ao tempo, e com um estudo magnífico na *Atlântida*, em que preconizou a criação duma Comissão Permanente de estudos luso-brasileiros no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em cuja notável reforma, dois anos depois, viria a incluir uma divisão de Emigração e Colonização e um Instituto de Expansão Económica em que os interesses portugueses no Brasil teriam particular atenção, mas que por causas de estreita política interna, não chegaram, infelizmente, a efectivar-se.

A visita a Portugal do Dr. Epitácio Pessoa, já como presidente eleito do Brasil, em meados de 1919, fora um novo acontecimento propício a essa aproximação, consagrada na reunião do Congresso da República que o saudou e o aclamou.

Em Novembro do mesmo ano, no Senado Português fora apresentado pelo Dr. Gaspar de Lemos o projecto de criação duma Comissão de estudo do estreitamento das relações entre Portugal e o Brasil, pela uniformização da língua e das instituições de direito privado, mútua elegibilidade dos cidadãos dos dois Países para cargos administrativos com as justas e indispensáveis restrições, equivalência dos cursos das escolas superiores dos dois Países, acordo sobre a emigração e protecção à marinha mercante, estabelecimento efectivo do porto franco, além de outros aspectos do problema que o Poder Executivo indicasse.

O projecto, que marcava mais uma aspiração do que um programa, não teve seguimento.

A questão dos Poveiros, com todos os seus aspectos de exacerbada e um pouco artificial especulação nativista no Brasil, fez, apesar da intervenção corajosa de Paulo Barreto, uma pausa no esforço em marcha para a aproximação.

Felizmente a celebração do Centenário da Independência e a nossa colaboração nele reataram não só as cordeais relações entre os dois governos mas a mais efectiva e efusiva aproximação entre os dois povos.

Depois da primeira e arrojadíssima travessia aérea do Atlântico por Gago Coutinho e Sacadura Cabral que fez vibrar, com os Portugueses do Brasil e de Portugal, todos os Brasileiros, orgulhosos do Padre Bartolomeu de Gusmão e de Santos Dumont, a visita ao Rio, por ocasião das festas do Centenário, do presidente António José de Almeida constituiu não só um grande triunfo pessoal para ele, mas uma irradiante vitória para a política de Estado e de Nação dos dois Países, que em Madrid não foi bem vista, pois com ela quase coincidiu a chamada entrevista de Miramar feita por Augusto de Castro com Afonso XIII e a que se procurou dar no nosso País a maior repercussão.

O Chefe do Estado Português, acompanhado por uma missão de intelectuais, políticos e economistas, recebeu no Rio, de Portugueses e Brasileiros, homenagens de tal entusiasmo e significação, que dificilmente poderão repetir-se.

E se os resultados práticos da sua viagem para a aproximação não foram os que seriam de desejar, não há dúvida de que muito foi indicado e até se fez no curto tempo que houve para isso.

Assinou-se uma convenção literária entre os dois Países e realizaram-se acordos sobre emigração e trabalho e sobre serviço militar dos emigrantes.

A colónia portuguesa, por seu lado, celebrou o Centenário com a publicação da *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, obra monumental, de gráfica opulência e superior rémige histórica e que representou um notável contributo para a revisão das ideias sobre a descoberta e a estruturação administrativa, económica e política, por nós feita, do Brasil.

Em Janeiro de 1925 os Portugueses de S. Paulo fundaram uma admirável instituição: "*A Liga Propulsora da Instrução em Portugal*" destinada a angariar fundos para a construção e dotação de escolas em todas as aldeias do nosso País que ainda as não tivessem.

Foi possível iniciar imediatamente a construção de cinco escolas que chegaram a ser concluídas. Infelizmente a belíssima iniciativa, sobretudo por falta do apoio que merecia no nosso País, não obteve prosseguir.

Em Maio de 1926 criou-se no Ministério dos Estrangeiros uma Comissão permanente de estudos luso-hispano-americanos, para as relações económicas com os países da América do Sul, nomeadamente o Brasil.

Ocupar-se-ia dos problemas da propriedade literária, científica e artística, da unificação ortográfica nas duas nações de língua portuguesa, de estudo e preparação metódica de todas as formas de intercâmbio intelectual entre Portugal e as nações ibero-americanas sob o aspecto dum mais fecundo e estreito entendimento entre as Academias, Universidades, escolas de arte, Sociedades e outros organismos literários e artísticos; da organização de cooperação efectiva de intelectualidade portuguesa nos certames internacionais e designadamente na próxima Exposição Ibero-Americana de Sevilha, através de solenidades e comemorações culturais que nela hajam de realizar-se; e das providências tendentes a promover a maior expansão e vulgarização do livro português nas nações da América Latina e do livro das nações ibero-americanadas e especialmente do livro brasileiro, em Portugal.

Tal Comissão, com tão vastas como complexas mas vagas atribuições, não chegou a constituir-se sequer.

Passam-se depois alguns anos de boas mas inactivas relações luso-brasileiras.

Nuno Simões, *Actualidade e permanência do luso-brasilismo*, Lisboa, 1960, pp. 31-45.